

declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa, que, para esse fim, será representada pelo Secretário da Assembleia. Rio de Janeiro, RJ, 09 de maio de 2017.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Presidente do Conselho de Administração

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato nº 009/2017/PGFN/CAF de Garantia. PARTES: a União e o Estado do Mato Grosso. INTERVENIENTE: Banco do Brasil S.A. PROCESSO Nº: 17944.000799/2014-91. VALOR: R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). DATA DE CELEBRAÇÃO: 11 de maio de 2017. REPRESENTANTES: pela UNIÃO, FABIANO DE FIGUEIRÊDO ARAÚJO, Procurador da Fazenda Nacional; pelo ESTADO DO MATO GROSSO, JOSE PEDRO GONÇALVES TAQUES, Governador e pelo BANCO DO BRASIL S.A., JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, Diretor de Governo.

ESPÉCIE: Alteração ao Contrato de Empréstimo nº 8302-BR, celebrado em 19 de dezembro de 2013, para o financiamento do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - PforR Ceará. PARTES: A República Federativa do Brasil - RFB; o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. PROCESSO Nº : 17944.000218/2013-30. DATA DE CELEBRAÇÃO: 10 de maio de 2017. REPRESENTANTES: Pela RFB, a Procuradora da Fazenda Nacional, SÔNIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES; pelo Estado do Ceará, seu Governador,

CAMILO SANTANA; pelo BIRD, seu Representante no Brasil, MARTIN RAISER.

ESPÉCIE: Contrato nº 010/2017/PGFN/CAF de Contragarantia. PARTES: a União e o Estado do Mato Grosso. INTERVENIENTE: Banco do Brasil S.A. PROCESSO Nº: 17944.000799/2014-91. VALOR: R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). DATA DE CELEBRAÇÃO: 11 de maio de 2017. REPRESENTANTES: pela UNIÃO, FABIANO DE FIGUEIRÊDO ARAÚJO, Procurador da Fazenda Nacional; pelo ESTADO, JOSE PEDRO GONÇALVES TAQUES, Governador e pelo BANCO DO BRASIL S.A., JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, Diretor de Governo.

ESPÉCIE: Contrato nº 011/2017/PGFN/CAF de Garantia. PARTES: a União e o Estado do Mato Grosso. INTERVENIENTE: Banco do Brasil S.A. PROCESSO Nº: 17944.000800/2014-87. VALOR: R\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais). DATA DE CELEBRAÇÃO: 11 de maio de 2017. REPRESENTANTES: pela UNIÃO, FLÁVIA PIRES RIO LIMA, Procuradora da Fazenda Nacional; pelo ESTADO, JOSE PEDRO GONÇALVES TAQUES, Governador e pelo BANCO DO BRASIL S.A., JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, Diretor de Governo.

ESPÉCIE: Contrato nº 012/2017/PGFN/CAF de Contragarantia. PARTES: a União e o Estado do Mato Grosso. INTERVENIENTE: Banco do Brasil S.A. PROCESSO Nº: 17944.000800/2014-87. VALOR: R\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais). DATA DE CELEBRAÇÃO: 11 de maio de 2017. REPRESENTANTES: pela UNIÃO, FLÁVIA PIRES RIO LIMA, Procuradora da Fazenda Nacional; pelo ESTADO, JOSE PEDRO GONÇALVES TAQUES, Governador, e pelo BANCO DO BRASIL S.A., JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR, Diretor de Governo.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM OSASCO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1, DE 11 DE MAIO DE 2017

Fica o contribuinte MACAKATSU SATO - ME, CNPJ 00.175.070/0001-80, intimado do indeferimento do requerimento de extinção da inscrição 80.4.05.147847-52 em razão da remissão prevista no artigo art.14 da Lei nº 11.941/2009 nos termos do despacho proferido a fl. 188 do Processo administrativo nº 10875.203576/2005-12, que segue transcrito: "1- Trata-se de pedido de extinção da inscrição em referência em razão da remissão prevista no art. 14 da Lei nº 11.941/2009: Art. 14. Ficam remetidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2007, estejam vencidos há 5 (cinco) anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). § 1º O limite previsto no caput deste artigo deve ser considerado por sujeito passivo e, separadamente, em relação: (...) II - aos demais débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; (...) 2- Os débitos do contribuinte inscritos em dívida ativa (não previdenciários) possuíam em 31/12/2007 os valores e vencimentos listados no quadro abaixo: 3- Assim, conclui-se que uma das condições para a remissão não foi preenchida, posto que os vencimentos ocorreram em 10/02/2003 e 12/01/2004; assim, em 31/12/2007 os débitos não estavam vencidos há mais de 5 anos. 4- Por isso, indefiro o requerimento feito pelo contribuinte à fl. 155. 5- Intime-se o interessado acerca do presente despacho".

MARISA REGINA MAIOCHI HAYASHI
Procuradora da Fazenda Nacional

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

EDITAL Nº 6, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Diretor Substituto do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, da Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social - DPSSO/SPPS/MPS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no caput e §3º do art. 5º, da Portaria Interministerial MPS/MF nº 579, de 23/09/2011, torna público o resultado dos julgamentos das contestações apresentadas pelas empresas relativamente ao processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP anual 2011, com vigência em 2012 - Anexo I. O inteiro teor da decisão está disponível no sítio da Previdência Social (www.previdencia.gov.br), na rede mundial de computadores, conforme o §3º do art. 5º da citada Portaria Interministerial, com acesso restrito à empresa.

Nos termos do art. 6º da Portaria Interministerial MPS/MF nº 579/2011, caberá recurso da decisão proferida pelo DPSSO/SPPS/MPS, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste Edital. O recurso deverá ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, que será disponibilizado no sítio do MPS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e será examinado em caráter terminativo pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, do MPS.

ORION SAVIO SANTOS DE OLIVEIRA

ANEXO I

Ordem	CNPJ Raiz	Ano de Vigência	Natureza do Processo e Instância	Nº Protocolo	Autoridade Competente	Resultado Analisado
1	04939296	2012	Administrativo 1ª instância	1111300004036/01-1	DPSSO	Deferimento parcial
2	76610062	2012	Administrativo 1ª instância	111170002471/02-1	DPSSO	Deferimento parcial
3	84584994	2012	Administrativo 1ª instância	1111290003608/01-1	DPSSO	Indeferimento Total
4	88104328	2012	Administrativo 1ª instância	1111030002386/01-1	DPSSO	Deferimento parcial

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 UASG 170109

Número do Contrato: 7/2014. Processo: 19713720002201414. DISPENSA Nº 12/2014. Contratante: MINISTERIO DA FAZENDA - CNPJ Contratado: 34028316000960. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses, de 15/05/2017 a 14/05/2018. Fundamento Legal: lei 8666/93. Vigência: 15/05/2017 a 14/05/2018. Data de Assinatura: 02/05/2017.

(SICON - 11/05/2017) 170010-00001-2017NE000001

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA PORÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2017 UASG 170111

Processo: 10109721296201706. Objeto: Serviço de marcenaria, compreendendo a fabricação, transporte, montagem e instalação de 02 (dois) armários, cada um com de 3 m lineares, 40 cm de profundidade e 2,64 m de altura, em material MDF laminado na cor branca, envidraçado nas portas (de correr) e nas laterais com vidro temperado na espessura de 8 mm com chaves. Iluminação especial em LED branca para evidenciar os artigos de uso da Aduana. Fundo de madeira em MDF com possibilidade de fixação de quadros e outros objetos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 12/05/2017 de 08h00 às 11h00 e de 14h00 às 16h00. Endereço: Av. Internacional, 860 - Centro Centro - PONTA

PORA - MS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/170111-05-1-2017. Entrega das Propostas: a partir de 12/05/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/05/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SERGIO FERNANDES DA SILVA
Chefe da Sapol

(SIDECA - 11/05/2017) 170010-00001-2017NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 UASG 170330

Processo: 13312720340201735. Objeto: Aquisição de material de consumo, sendo um módulo de potência (inversor) e uma placa de controle de comando, ambos para nobreak, conforme anexo do Edital do Pregão 02/2017. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 12/05/2017 de 08h00 às 11h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Euripedes Ferreira Gomes 720 SOBRAL - CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/170330-05-2-2017. Entrega das Propostas: a partir de 12/05/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/05/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS CESAR MARTINS
Pregoeiro

(SIDECA - 11/05/2017) 170010-00001-2017NE000001

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 1, DE 9 DE MAIO DE 2017

Intima o contribuinte que menciona para regularizar sua situação cadastral ou contrapor as razões da representação que lhe atribui a situação de inexistência de fato, suspendendo, conseqüentemente, sua inscrição no CNPJ a partir da publicação deste edital de intimação, no Diário Oficial da União.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso de suas atribuições regimentais e legais, nos termos dos artigos 224, IH, 302, III e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17.5.2012), c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24) e nos termos do artigo 31 e seu §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no DOU de 09/05/2016, seção 1, pág. 39), tendo, ainda, em vista o que consta dos autos do Processo nº 10380.723.073/2017-56, ACATA a representação formalizada pelo Auditor Fiscal e INTIMA o contribuinte R.E. SALES FILHO DISTRIBUIDORA ME, inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o Nº 02.372.072/0001-95, considerada como pessoa jurídica "inexistente de fato", nos termos do artigo 29, inciso II, alínea "b), 1." da supracitada Instrução Normativa, para, no prazo de 30 (trinta dias), contados a partir da publicação deste Edital (Art. 31, §1º, I, "a" e "b" da supracitada instrução normativa) no Diário Oficial da União, a regularizar a sua situação, ou contrapor razões a representação constante do aludido processo, ao tempo em que suspende a sua, respectiva, inscrição no CNPJ.